

Política

—CRISE—

SARNEY PEDE APOIO



Aureliano



Maciel

Sarney está convencido de que tomou todas as "medidas duras" necessárias para sanear a economia. Agora, só quer pensar no seu apoio político.



Ulysses



Sarney

MACIEL E ULYSSES NEGAM

O presidente Sarney batalhou em duas frentes nos últimos dias para conseguir apoio a seu bloco de sustentação ao governo no Congresso Nacional: anteontem à noite, num jantar com o senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL; e no café da manhã de ontem, com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. O resultado, porém, foi a negativa dos dois interlocutores do presidente. Maciel saiu do encontro com Sarney dizendo que "como esperávamos, não houve nenhum passo à frente". Já Ulysses, preferiu transferir a definição do PMDB, em relação ao apoio ao governo, à convenção nacional do partido, a princípio marcada para 5 de junho.

Sarney chegou a dizer a Maciel que se encontra inteiramente convencido de haver adotado "todas as medidas duras" necessárias ao saneamento da economia

brasileira. E que seu problema, agora, reside em restabelecer sua base de sustentação política, a partir da maioria do PMDB e do PFL.

No seu encontro com Sarney, Ulysses negou que o presidente tenha acenado com a proposta da vice-presidência da República e já está procurando antecipar-se à votação da emenda do senador José Agripino, que lhe pretende conferir este cargo. Alguns de seus amigos mais próximos comentam que ele deverá "exorcizar" essa idéia nos próximos dias com um pronunciamento contundente.

Apelo

O ministro Aureliano Chaves pediu ao senador Marco Maciel que continue na presidência do PFL, concorrendo à reeleição na convenção nacional do partido, no dia 15 do mês que vem. Em seu apelo ao senador pernambucano,

Aureliano lembrou que o partido tem compromisso com o governo Sarney até o término da transição — no caso, até a promulgação da nova Constituição.

Marco Maciel mostrou-se irredutível. Aos que duvidam de sua decisão de deixar a presidência do PFL, ele lembrou que ninguém acreditava na sua saída do Gabinete Civil e que tomaria a iniciativa de romper com a Aliança Democrática.

Sem afinidade

O deputado Alberico Cordeiro (PFL-AL) procurou ontem o presidente Sarney, no Palácio do Planalto, dizendo-se credenciado "por uma parte bastante representativa da bancada do PFL" que não aceita a liderança do presidente do partido, senador Marco Maciel, para negociar acordos com o governo "ou qualquer outro grupo".

Segundo Cordeiro, todas as

movimentações de Maciel obedecem a um comando próprio sem nenhuma afinidade com as bases do PFL, no Congresso Nacional. De acordo com o deputado, Maciel sequer chegou a comentar o convite que Sarney lhe havia feito para jantar no Palácio da Alvorada.

"Quem pariu Mateus que o embale" — comentou, com ironia, um dirigente do PFL, diante das notícias de que alguns parlamentares estão apontando o nome de Aureliano Chaves para substituir Marco Maciel na presidência do partido.

Alguns dissidentes do PFL admitiram que o lançamento extra-oficial da candidatura de Aureliano a presidente do partido representaria, na realidade, "encostar o ministro contra a parede", para forçá-lo a deixar o Ministério das Minas e Energia antes da promulgação da nova Constituição.

ENQUANTO ISSO...

O Ceará não hesita. Corta.

Tasso Jereissati, à caça dos que têm mais de um emprego público.

Depois de reduzir de 140 mil para 114 mil o total dos servidores do Estado — "e esse número ainda é excessivo", segundo a secretária da Administração, Maria Dias —, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, parte agora para a caça aos funcionários que têm mais de um emprego público. E, já de saída, eliminou 10.162 contracheques de pessoas que recebiam mais de um pagamento, "e nossa idéia é reduzir mais ainda", disse a secre-

Segundo Maria Dias, todos os servidores que recebiam mais de um contracheque na administração indireta já estão de aviso prévio e serão indenizados. Ela explicou, também, que os 28 mil servidores eliminados pelo governo "saíram porque pediram demissão, estavam acumulando lícitamente, foram contratados durante o período eleitoral ou não tinham condições de prestar serviços ao Estado".

Apesar da intenção de moralizar a máquina administrativa, o assessor de imprensa do governa-

dor Tasso Jereissati, jornalista Erivelto de Souza, disse que não haverá demissão em massa, "mas iremos corrigir todas as situações que estejam irregulares, porque não é justo o governo deixar de pagar bem seus servidores para pagar aqueles que não trabalham. Pretendemos acabar com o clientelismo que existiu no passado", disse o assessor.

Já na Câmara Municipal de Fortaleza — que também não escapou da moralização e teve sua Mesa diretora afastada por Jereissati, acusada de patrocinar um "verdadeiro descalabro administrativo" —, a interventora Iria Ferrer, vereadora do PMDB, avisou os servidores que só autorizará seus pagamentos "se houver reciprocidade, ou seja, só pagaremos aqueles que realmente prestem serviços à Casa".

Marajás perdem liminar

Em Salvador, o desembargador José Soares Sampaio, do Tribunal da Justiça da Bahia, indeferiu mandado de segurança de 16

procuradores do Estado, cujos salários foram reduzidos para Cz\$ 380 mil, por um ato normativo do governador Waldir Pires no mês passado. O grupo faz parte da lista de 349 marajás cujos salários beiravam os Cz\$ 800 mil.

Segundo o desembargador Soares Sampaio, o parágrafo 4 do artigo 1º da Lei Federal 5.021, de 1986, proíbe a concessão de liminar para efeito de pagamento de vencimentos ou vantagens pecuniárias. Ele ainda acusou os marajás de desejarem apenas manter o status quo. Há 15 dias, porém, o desembargador Hélio Neves da Rocha concedeu liminar a outros 60 procuradores, que tiveram seus salários restituídos.

Já o governador do Pará, Hélio Gueiros, está estudando uma maneira de voltar a ter acesso à lista de salários do Legislativo e do Judiciário. Depois que o governador divulgou a lista dos marajás do Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Conselho de Contas dos Municípios e a Assembléia Legislativa não processam

mais suas folhas de pagamento na empresa estadual de computação. Com isso, Gueiros não tem qualquer acesso a esses dados.

"Eu pago, mas pago no escuro. E isso não é justo", reclama o governador, que se diz assustado diante do crescimento vertiginoso das folhas de pagamento que o Legislativo e o Judiciário lhe enviam.

Negócio rendoso

O governador Orestes Quércia poderá ser, em breve, um "marajá da aposentadoria", bastando requerê-la quando completar 20 anos de contribuição para a Carteira de Previdência dos Deputados. O alerta é do deputado Roberto Gouveia (PT), que discutiu a questão com o próprio Quércia.

Desde o ano passado Gouveia tenta acabar com a aposentadoria precoce dos parlamentares, que já aos oito anos de contribuição podem requerer o benefício. "Essa carteira não pode ser considerada um sistema previdenciário, pois é um negócio, uma forma de aplicação financeira, altamente rendosa", diz Roberto Gouveia.